

# PRODUÇÃO DE NARRATIVAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UNESP - RC: QUAIS CONTEÚDOS SÃO REGISTRADOS NOS RELATÓRIOS DOS ESTÁGIOS (2007 A 2016)?

João Pedro Pezzato, Departamento de Educação – IB/UNESP-RC,  
[joaopezzato@hotmail.com](mailto:joaopezzato@hotmail.com)

Eixo temático: Currículo, Metodologia e Práticas de Ensino

## Resumo

O presente texto discute as produções escritas de alunos do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP - Rio Claro). Provenientes de relatórios de estágios, os textos escritos foram produzidos por 690 alunos e alunas no gênero narrativo e tratam das experiências dos estágios curriculares obrigatórios realizados entre 2007 e 2016. Realizamos um estudo sistemático em que foi dado ênfase ao registro das temáticas mais frequentes nas salas observadas. Os relatórios com narrativas mostraram a potência da política curricular oficial na medida em que foi registrado significativo impacto das mesmas na seleção dos conteúdos da Geografia escolar, ocorreu um alinhamento dos conteúdos das classes observadas.

**Palavras chave:** Narrativa, Estágio Supervisionado, Experiência, Escrita, Currículo.

## Introdução

A produção de memoriais de formação faz parte de uma das exigências das disciplinas relativas aos estágios supervisionados do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP - Rio Claro).

Produzidos na perspectiva de textos narrativos, esses registros têm apresentado a possibilidade de criar um espaço de diálogo da experiência no campo de estágio e de reflexão mediada por teorias e outras narrativas.

Cerca de 690 alunos produziram 416 relatórios atendendo a uma composição de dupla, trio e, ainda, a opção de um trabalho individual. Cabe observar, os relatórios elaborados por trios perfazem a quantidade de 1% do total. Para 2016, foram incluídos apenas os memoriais da turma de Estágio Supervisionado II, ocorrida no primeiro semestre.

Produzidos a cada etapa dos estágios, os registros têm também possibilitado a criação de mais um veículo de interlocução dos estagiários com as teorias e com as experiências dos futuros professores.

Nesse contexto, buscamos discutir a seguinte questão:

O que os estagiários registram em seus cadernos de campo? Quais conteúdos da Geografia Escolar são registrados nas aulas de observação dos futuros professores?

## Desenvolvimento

O presente trabalho nasceu de discussões oriundas da análise de registros produzidos por alunos do curso de licenciatura em Geografia, durante os estágios supervisionados, nos denominados Relatórios de Estágio Curricular Supervisionado de Prática de Ensino. Há vasta bibliografia tratando da especificidade do tema, entre elas citamos Sá-Chaves (2000), Vieira e Sousa (2009).

Como apontado, foram compilados aproximadamente 416 relatórios em um período de 10 anos sendo que as produções estavam vinculadas aos trabalhos das disciplinas de estágios de formação inicial a docência. Além de investigarmos a natureza da seleção dos fenômenos registrados pelos alunos em formação inicial para a docência, o estudo dos memoriais de formação teve, também, o objetivo de observar as permanências e as mudanças nos conteúdos da disciplina Geografia no ensino básico no período.

A reflexão a respeito do aperfeiçoamento dos cursos de licenciatura das instituições de Ensino Superior no Brasil, em especial dos aspectos referentes à profissionalização inicial para a docência, tem merecido destaque nas prescrições das políticas públicas e nos debates de interesse acadêmico da atualidade.

Para Vieira e Sousa (2009), o portfólio é muito mais que a reunião de trabalhos ou materiais colocados numa pasta. Além de selecionar e ordenar evidência de aprendizagem do aluno, ele possibilita também identificar questões relacionadas ao modo de os estudantes e educadores refletirem sobre os reais objetivos de sua aprendizagem (VIEIRA e SOUSA, 2009: 239).

O estágio supervisionado é considerado um componente curricular fundamental para a formação do futuro professor, pois é também responsável pela articulação entre diversas atividades acadêmicas realizadas durante o curso de licenciatura.

Conforme a legislação oficial:

(...) o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, MEC/CNE/CP, 2002: 11).

Há, no período em estudo, maior ocorrência de estágios no Ensino Fundamental, 67,5%, com predominância de estágios nos 6º, 7º e 8º anos. No Ensino Médio aconteceram 24,2%, sendo em maior porção nos 1º e 2º anos.

Um dado importante sobre os estágios é que eles foram, em maior número, realizados em instituições de caráter público municipal ou estadual, perfazendo a cifra aproximada de 81%. Os campos de estágio realizados em espaços de instituições privadas obtiveram um índice aproximado de 14,5%. Os estágios foram realizados, sobretudo, em espaços de educação formal, aproximadamente 92%.

Experiências com o Ensino de Jovens e Adultos (E.J.A. Fundamental e Médio), “Cursinhos” (classes de preparação para a seleção de ingresso nas Universidades e Cursos do Ensino Superior), ou em projetos específicos (como o Projeto “Periferia e Arte”, promovido por organização não governamental [ONG] na Associação do Bairro Bonsucesso de Rio Claro – SP) tiveram pouca incidência. Foram registrados 8,3% em relação ao total de 416 relatórios considerados.

Para esse trabalho, foi dado ênfase ao registro das temáticas mais frequentes nas salas observadas. Um olhar geral sobre as temáticas mostrou baixo índice de conteúdos relativos à Geografia Física, como: relevo, clima, hidrografia. Essa

questão já foi apontada por Carneiro e Signoretti (2008) em trabalho que analisa a prescrição curricular em documento oficial do Estado de Minas Gerais. Os conteúdos de maior ocorrência incidem nos temas relativos à “Regionalização” e “Geopolítica”, com aproximadamente em 39,5%.

Desde a década de 1990, os conteúdos referentes à Regionalização e, principalmente, Geopolítica são os que predominam nas prescrições programáticas dos conteúdos oficiais das 8ª séries, como apontam os currículos oficiais do Estado de São Paulo em diferentes períodos, São Paulo (2008) e (1986) e o do Paraná (1990). Tal conteúdo é, também, o que predomina nos livros didáticos para a série em todo o país, no período de abrangência da pesquisa.

Os temas especificamente referentes à Regionalização predominam no currículo das 6ª séries desde a década de 1970 (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007), quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n. 5692 de 11/08/1971 - determinou a extinção de Geografia e História como disciplina do Ensino Fundamental (designado de 1º Grau, no período) e instituiu os Estudos Sociais como matéria oficial do currículo.

As observações possibilitaram evidenciar um problema já apontado em estudo das Propostas Curriculares Oficiais da década de 1980, realizado por Barreto (1995). A autora observa que a seleção dos conteúdos escolares da Geografia se mostra diretamente vinculada aos modismos de época. Tais modismos se apresentam lançados nas prescrições programáticas de conteúdo, advindas dos órgãos oficiais, que dirigem a produção de livros didáticos no país. Um exemplo disso é o reaparecimento de conteúdos denominados “análise da paisagem”, como consta nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais - Geografia (BRASIL, 1997). Na década de 1980 e, principalmente, na de 1990, tal conteúdo foi renegado por certa parcela sob a influência da denominada “Geografia Crítica”, em voga na época. Como era divulgado, o “estudo da paisagem” seria uma herança da Geografia Tradicional, de cunho positivista.

Com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em fins da década de 1990, o estudo da paisagem foi retomado como conteúdo do currículo da Geografia Escolar e, assim, passou a compor as temáticas da produção de livros didáticos desse novo contexto.

Um dado relevante para a história das disciplinas escolares se evidencia ao observarmos a distribuição dos conteúdos ano a ano. Podemos identificar uma diferença significativa na distribuição dos conteúdos para o ano de 2007 em comparação com os demais (2008 a 2016). Nesses últimos, anos há uma distribuição de conteúdos mais homogênea e regular para os anos correspondentes do Ensino Fundamental.

Por que o ano de 2007 se mostra diferenciado dos demais em relação à distribuição dos conteúdos da Geografia? O ano de 2007 antecede a data de implantação do “Programa São Paulo Faz Escola”, instaurado no ciclo II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da escola básica da rede estadual. Ele traz um programa curricular para cada disciplina, acompanhado de um caderno bimestral para os professores. Esse caderno contém o conteúdo bimestral, mais orientações metodológicas de ensino, exercícios e modelo de avaliação. Destinado aos diretores e coordenadores de área, há, também, caderno com instruções para a organização do trabalho dos “Gestores”. No ano de 2008, o Programa surgiu como “proposta

curricular” e, posteriormente, no ano de 2009, tornou-se “currículo oficial do Estado de São Paulo”.

Com essa mudança os alunos da rede passaram também a receber um caderno bimestralmente contendo tarefas a serem elaboradas no período. A implantação da Proposta e, conseqüentemente, do novo currículo oficial gerou uma série de manifestações contrárias advindas de diferentes setores sociais que foram veiculadas pelos meios de comunicação, em especial os jornais e redes de TV de canal aberto. A qualidade dos cadernos distribuídos inicialmente aos professores e alunos foi questionada, assim como a forma autoritária de implantação da política pública e o princípio pautado excessivamente em uma racionalidade técnica. Não é esse o espaço para análise específica do material, contudo cabe o registro de algumas das críticas.

## **Conclusão**

No que se referem às observações registradas nos relatórios, elas evidenciam a ocorrência de mudança na seleção dos conteúdos escolares em decorrência da implantação da “nova proposta curricular”, ou do “novo currículo oficial do Estado de São Paulo”, no respectivo ano de sua implantação.

No ano de 2007, os conteúdos não seguiam uma sequência minimamente unívoca para as mesmas series. Eram mais díspares, não correspondentes. Para os anos subsequentes, de 2008 a 2016, ocorreu um alinhamento e concentração no tratamento de determinados conteúdos nas classes em que houve estagiários.

Os temas de maior ocorrência foram os relacionados à: Cartografia Escolar, localização, orientação, coordenadas geográficas, Cartografia Temática, regionalização, Geografia Econômica, Geopolítica, globalização, urbanização, espaço agrário, estudos populacionais, mobilidade populacional, migração.

Os conteúdos acima aparecem com 88% das ocorrências nas aulas observadas pelos estagiários e pelas estagiárias. Em contrapartida, no ano de 2007 os conteúdos não correspondiam de forma homogênea para classes correspondentes. Com a adoção da proposta, ocorreu um alinhamento dos conteúdos de forma a homogeneizar sua seleção nas classes de um mesmo ano, tanto nas mesmas escolas como em salas de diferentes estabelecimentos.

Antes da adoção da proposta, em 2007, apareciam os temas tradicionais dos livros didáticos, como estudo do Continente Americano, ou Oriente Médio, e grande destaque para os vinculados ao meio ambiente. Com a adoção da proposta ocorreu grande mudança nessa seleção. Tal observação mostra a potência da política curricular.

É importante assinalar que novos estudos, abrangendo períodos de tempo mais longos e que apresentem observações do cotidiano escolar, devem contribuir para o aprofundamento do estudo da interferência das políticas públicas na cultura escolar e no ensino da Geografia.

Pela análise dos dados apresentados podemos afirmar que a seleção cultural dos conteúdos, possivelmente o currículo trabalhado pelos professores no cotidiano escolar, recebe impacto direto dos ditames oficiais da política pública.

Acreditamos que um mapeamento dos conteúdos da Geografia de maior frequência no cotidiano das escolas pode contribuir sobremaneira para o estudo da história das disciplinas escolares.

## **Bibliografia**

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord.). As propostas curriculares oficiais. **Fundação Carlos Chagas-Departamento de Pesquisas Educacionais**. São Paulo; 1995.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História/Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto. Brasília; 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 2/2002. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1. p. 9.

CARNEIRO, Celso Dal Ré ; SIGNORETTI, V. V.. **A carência de conteúdos de geociências no currículo básico comum de Geografia do ensino fundamental em Minas Gerais**. *Geografia*. Rio Claro, v. 33, n.3, set./dez. 2008, p. 467-484.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo** – (coord. Maria Inês Fini), Secretaria de Estado da Educação: São Paulo; 2008.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei (2007). **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez

SÁ-CHAVES, Idália. **Portfolios reflexivos**: estratégias de formação e de supervisão. Coimbra: Universidade de Aveiro; 2000.

VIEIRA, Vânia Maria de; SOUSA, Clarilza Prado. Contribuições do portfólio para a avaliação do aluno universitário. **Estudos de Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009, p. 235 – 255.